

**EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR COM A JUVENTUDE EM
CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: VIVÊNCIAS E PRÁTICAS NA
UNIDADE FEMININA DE INTERNAÇÃO DO RN.**

Beatriz Amâncio de Paiva Freitas – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Karolyny Alves Teixeira de Souza – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

A partir da vivência no programa Motyrum de Educação Popular em Direitos Humanos da UFRN, através do núcleo Infante-Juvenil, o artigo propõe-se a fomentar a reflexão e discutir perspectivas sobre as atuações do projeto com jovens em conflito com a lei que estão em cumprimento de medida socioeducativa na Unidade de internação feminina Centro Educacional Padre João Maria (CEDUC), localizado na zona norte de Natal-RN. O núcleo, dessa forma, preconiza uma educação dialógica e horizontal, elaborando atividades e discussões com as adolescentes baseadas em princípios de Educação Popular e em métodos freirianos, levando em conta suas especificidades, com o objetivo de refletir acerca das relações cotidianas – dentro e fora do Centro -, de seus anseios enquanto jovens em privação de liberdade e expectativas de vida futura, além do debate acerca da negação de direitos e preconceitos, que são, recorrentemente, a razão para a prática do ato infracional. Por fim, a pedagogia do Núcleo almeja a superação desses jovens da condição de oprimido socialmente.

Palavras-Chave: Educação Popular. Medida Socioeducativa. Juventude. Vivências. Possibilidades.

CONTEXTUALIZANDO O LÓCUS DA ATUAÇÃO

Observando a juventude brasileira, percebemos que existe um estereótipo definido quando se trata de contextos de violência. É a juventude negra, pobre e moradora de periferia que vem protagonizando os noticiários midiáticos como provocadora de violência. Nesse sentido, o programa de extensão Motyrum de Educação Popular em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por meio do núcleo Infanto-Juvenil, se propôs a dialogar e interagir com a juventude do sexo feminino que se encontra em cumprimento de medida socioeducativa de internamento e/ou semi-liberdade no Centro Educacional Padre João Maria (CEDUC), localizado na Zona Norte de Natal-RN.

É interessante saber brevemente que por manter uma cultura de penalização e repressão atreladas a denúncias de tortura, super lotação e más condições de trabalho, as FEBEMs (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor) construíram uma reputação manchada internacionalmente, logo, o Estado muda a gestão e funcionamento das antigas FEBEMs para Fundação Casa (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) em 2006. A proposta seria centralizar a socioeducação em atendimento escolar, educação profissional, arte e cultura, e esporte. Aliado a isso, promulga-se em 2012 a lei nº 12.594, chamada lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, com o intuito de regulamentação de tais medidas socioeducativas mais amplamente, a fim de elaborar metas de gestão e orçamento em consonância com os princípios positivados no ECA.

A partir das novas legislações a respeito da socioeducação, o Rio Grande do Norte elaborou o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo. Entretanto, a mudança se deu apenas de forma superficial, com poucas alterações estruturais dos CEDUCs (Centro Educacional de internação ou semi-liberdade). Por isso em abril de 2014 a Justiça interveio na FUNDAC/RN, a fim de suprimir o caos que novamente se instaurava e a permanente violação aos direitos humanos, exigindo a qualificação no trabalho dos agentes educacionais, aumento de funcionários, organização da infra-estrutura, entre tantas outras demandas.

EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR: VIVÊNCIAS E RESPEITO AS SUBJETIVIDADES.

A partir dessa nova perspectiva judicial nos CEDUCs, em fevereiro de 2016 o programa de extensão o núcleo Infanto-Juvenil iniciou suas atuações. Para realização das atividades tomamos por fundamentação metodológica os princípios de Educação Popular desenvolvido por Paulo Freire, que tem como pressuposto a educação visando à libertação do

indivíduo, sendo que esta se dá essencialmente nos campos social e político. Atrelada à metodologia freireana utilizamos a pesquisa-ação como processo de pesquisa participante engajada, que se contrapõe a pesquisa convencional, procurando unir a pesquisa à ação ou prática de intervenção no espaço que está inserido.

Com poucas semanas de contato com as adolescentes, o clima de desconfiança ainda era permanente em todas as atuações, isto é, por mais que a conversa fluísse e houvesse a troca de experiências entre elas e os extensionistas, ainda havia uma barreira notável. Pode-se constatar isso, por exemplo, na retração em responder às perguntas de cunho mais íntimo, quando as jovens se entreolhavam, quer por medo da reação das colegas, quer por anseio dos membros do Projeto.

É importante ressaltar que a escolha dos temas partem das falas das adolescentes e de proposições feitas para despertar os interesses. Sempre em busca de um diálogo horizontal, construtivo e participativo, em um círculo de conversa, os primeiros temas tratados nas atuações relacionaram-se à sexualidade e machismo. Isso porque percebeu-se que, ao mesmo tempo em que as jovens mantinham relacionamentos afetivos entre si, permeavam preconceitos homofóbicos. Até a elaboração deste artigo, o tema sobre sexualidade e gênero havia sido explorado por meio de dinâmicas e atividades diferentes, devido a necessidade que parte das adolescentes em relação a problemática e pela rotatividade de adolescentes.

Sobre essa temática, no início das atuações, foi tentado introduzir o Teatro do Oprimido com as adolescentes. Inicialmente a partir dos jogos, começaram a caminhar para o que Paulo Freire intitula o *pensar certo*, a compreensão e interpretação dos fatos em sua profundidade, e concluíram que o ideal seria a ausência de oprimidos e opressores, numa relação em que não há benefício em detrimento de outrem. Assim, foi proposto um Teatro Fórum acerca da lesbofobia, na qual uma adolescente seria a personagem lésbica e a outra seria o agressor. Embora não tenha havido postura discriminatória e houvesse consenso de que a problemática estava centrada no agressor, não houve solução para o caso. Ainda, por mais que o discurso das jovens não fosse preconceituoso, foi notório o tom de piadas (mesmo que “inofensivas”) às colegas lésbicas, além de que as falas não se encaixavam no pensamento delas acerca da homossexualidade masculina, refletindo, assim, o marcado machismo.

Este pensamento previamente discriminatório é recorrente em diversas temáticas, como acerca da cultura afro-brasileira, feminismo, violência policial, entre outras. No entanto, no decorrer da conversa as adolescentes começam a questionar os próprios conceitos, e juntas, em construção de falas, somado a intervenções feitas pelos membros do Motyrum, começam a

quebrar seus paradigmas. Exemplificando, na atuação sobre desigualdades sociais os membros do Projeto levaram algumas imagens que retratassem a temática. Uma das jovens mostrou uma foto em que havia o contraste entre a favela de um lado e um condomínio de luxo do outro, separados por um muro. A primeira reação delas foi de criminalizar o pobre, alegando que ele poderia pular o muro, e que aquelas pessoas (do condomínio de luxo) estariam em perigo. Os extensionistas entrevistados disseram que talvez a imagem mostrasse a injustiça social. Logo, as jovens começaram a discutir e chegaram ao consenso de desigualdade e discrepâncias na sociedade.

Acerca das pretensões futuras das adolescentes, algumas desejam reconquistar a confiança dos pais e proximidade com os filhos, pois muitas já são mães, outras, voltar a estudar e se tornarem professoras, arquitetas, advogadas, artistas. No entanto, quando perguntado seu principal anseio, a resposta é unânime: liberdade. Por outro lado, quando questionado o que diriam ao seu “eu” do passado, houve retraimento geral. Muitas disseram “para não entrar nesse mundo”, enquanto uma adolescente de 13 anos grávida contou que não teve infância.

Por mais que, após a intervenção da Justiça, a situação caótica nos CEDUCs do RN tenham melhorado, inegavelmente ainda há muito a ser feito e a proposta da lei do Sinase e do ECA, no que tange a socioeducação, está longe de ser efetivada. Ao longo das atuações do Motyrum, e conforme a confiança das adolescentes iam crescendo em relação aos extensionistas, foi possível tomar conhecimento de algumas barbáries que ainda ocorrem. Dentre elas, a recorrência de surtos psíquicos e depressão, além de quase todas terem que tomar remédios fortes para que consigam dormir. Nas palavras das garotas, a solução dos agentes educacionais para esse problema é colocá-las de “reflexão”, isto é, em um quarto sem contato com o exterior. Não bastando, sendo a única unidade feminina no estado, muitas delas têm contato com a família uma ou duas vezes ao mês, o que provoca um maior distanciamento dos vínculos familiares, que já são bastante fragilizados devido a situação de comprometimento com o ato infracional.

Além disso, há informações contraditórias referente às atividades desenvolvidas. Enquanto a direção afirma que o calendário diário das adolescentes é repleto de exercícios, estas relatam a falta de atividades, sendo a única delas a dobradura, bem como a ausência de exercícios físicos, fato que não apenas deslegitima o processo de socioeducação, mas também agrava o quadro de depressão de algumas.

Percebemos que a relação com a direção da instituição não é tão amigável, permeada por poder e hierarquia, sem sensibilidade para ajuda e acolhimento, caracterizando uma

moralização e culpabilização dos sujeitos, desconsiderando a sua subjetividade, diversidade e potenciais, que são tão necessários ao desenvolvimento da juventude, como preconiza o ECA. Percebemos ainda que muitas adolescentes desconhecem a real situação que se encontra o seu processo judicial, o que nos remete a realidade prisional do país, onde grande parcela dos presidiários (as) cumprem suas penas, mas sem ter ido a julgamento ou sem o conhecimento de como anda o seu processo judicial.

Nessa perspectiva, aferimos que é de extrema importância observar o contexto social no qual as adolescentes estão inseridas, perceber e interagir com sua realidade e subjetividade para que se possa criar possibilidades de novas perspectivas de vida. Não podemos esquecer que o comprometimento com o ato infracional, em grande medida, é influenciado pelo posicionamento do Estado e da sociedade, que excluem uma juventude por sua cor e classe social, sem considerar que essa população sofre em seu cotidiano violações de direitos essenciais negligenciados pelo Estado decorrentes da privatização dos aparelhos dos serviços básicos como saúde, educação, lazer, cultura, habitação, entre outros, numa política de limitar progressivamente o acesso aos serviços e benefícios, caracterizando o mínimo para o social e serviços de qualidade para quem possa pagar. Potencializado pela sociedade midiática e de consumo, que dita o perfil social para que uma juventude siga.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17^o Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: <http://www.fundac.rn.gov.br/>. Acesso em: 9 nov. 2016. .

MENDONÇA, Angela; RODRIGUES, Marcela. **Algumas reflexões acerca da socioeducação**. Disponível em:

<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=434>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SPINELLI, Kelly Cristina. **Febem na contramão do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/38/r38a03.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005; Disponível em: < www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf >. Acesso em: 08 out. 2016.